

*O Estado de São Paulo,  
Segunda-feira, 3 de março de 2003*

## Agressões à razão

A HISTÓRIA QUANDO SE MOVE, SEMPRE NOS PEGA DE SURPRESA

*MARCELO DE PAIVA ABREU*

Nenhum país está livre da influência indevida de opiniões equivocadas de formadores de opinião sobre aspectos cruciais de sua vida econômica e política. O que se espera é que a opinião pública, amparada pelo bom senso e pelo melhor fundamento técnico possível, acabe caminhando em direção à racionalidade.

No Brasil de hoje, manifestações absurdas de formadores de opinião parecem sob controle, embora, aqui e ali, haja retrocesso ao primitivismo, mesmo que cercado de boas intenções. Só para escolher um exemplo concreto, é surpreendente que o dirigente máximo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil se sinta à vontade para criticar a política monetária do governo com base em argumentos tão bisonhos quanto o de que "a economia também tem de ser a favor do ser humano". O prelado, que carrega um currículo de declarações desafortunadas quanto a outros temas econômicos, tais como a defesa do repúdio à dívida externa e a resistência à Alca a qualquer preço, julga que juros altos apenas atraem especuladores que abandonarão o País quando as taxas caírem: "Não é investimento real, é investimento financeiro que, no fundo, vai exaurindo as nossas riquezas." Não se entende bem em que teoria econômica se inspirariam tais afirmações. O bispo pode achar difícil aceitar, mas sem taxas de juros altas a inflação vai voltar.

Desde Tomás de Aquino, manifestações doutrinárias de caráter religioso quanto a assuntos econômicos, e especialmente à taxa de juros, têm sido particularmente infelizes. A derrota intelectual dos escolásticos quanto à usura foi simplesmente espetacular e condição necessária para o avanço da economia como ciência. Nesse avanço, Adam Smith ocupa lugar de honra como fundador da moderna economia. Entre as suas contribuições se inclui o reconhecimento da importância da divisão do trabalho. Nesse quadro, mesmo uma interpretação elástica de divisão do trabalho teria dificuldade em acomodar um papel preponderante de um bispo, mesmo que proeminente, na formulação da política monetária de qualquer país.

Nos EUA de hoje, o risco de estrago associado a declarações exóticas de formadores de opinião quanto aos desdobramentos da atual crise política internacional é muito mais grave. Primeiro, porque são muitas as vozes descontroladas. E, segundo, porque os danos que podem decorrer de uma política equivocada serão de muito maior magnitude. Uma onda de irracionalidade vem tornando ridiculamente chauvinistas as manifestações contra os países que se opõem aos EUA quanto à invasão do Iraque. O espancamento da França ameaça tornar-se o esporte mais popular do país. O que deveria ser um debate político tende a virar uma saraivada de vitupérios.

Não invadir o Iraque hoje seria, segundo as críticas mais ponderadas, equivalente ao apaziguamento franco-britânico, na década de 1930, que permitiu a ascensão de Hitler. O argumento parece ser que os franceses querem repetir o erro do passado e que Saddam Hussein é um novo Hitler. Mas o que dizer da política caipira dos EUA nos anos 1920 e 1930, com o Senado se recusando a ratificar o Tratado de Versalhes? Mesmo no terreno econômico, a liderança do novo hegemônico só começou a esboçar-se em 1934, após sucessivas decisões que tentavam exportar a crise para o resto do mundo. Simon Schama, influente historiador britânico, criticou as analogias históricas preguiçosas citando o genial poeta e ensaísta russo do exílio Joseph Brodsky, que, no seu ensaio Um Perfil de Clío, escreveu que, ao contrário do que sugerem analogias superficiais, quando a História se move, sempre nos pega de surpresa.

Segundo as visões mais radicais - Martin Peretz, em *The New Republic*, (3/3), é apenas um dos exemplos -, além de o fracasso da Liga das Nações, no período de entre guerras, ser culpa exclusiva dos europeus, a França deve a preservação de sua posição após 1945 a uma concessão anglo-americana: "O poder da França no pós-guerra foi construído sobre o sangue e os ossos dos soldados norte-americanos enterrados na Normandia." A paixão controla visivelmente a razão. A França era vital do ponto de vista dos interesses estratégicos norte-americanos e não é novidade que sempre tenha sabido maximizar a sua influência política, dada uma base produtiva modesta em relação às demais potências. Se cabe proceder à contabilidade de sangue e ossos, seria talvez relevante lembrar que morreram mais franceses do que norte-americanos na 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial, embora de forma mais desastrosa. Com base em tal critério, estaria assegurada a preeminência da Rússia, pois morreram cem vezes mais soviéticos do que norte-americanos durante a 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial.

Parece ser difícil que a política dos EUA reencontre a rota da razão. O embaixador dos EUA em Paris advertiu a França de que seu veto à aprovação de ação militar contra o Iraque no Conselho de Segurança seria considerada muito inamistoso. Washington parece acreditar que a China e a Rússia, que também têm poder de veto, se absterão. Qualquer que seja o voto francês, a brecha entre Berlim-Paris e Washington marca o fim da unanimidade pós-colapso do bloco soviético. Se a França usar o seu poder de veto e os EUA se decidirem pela guerra, é difícil imaginar que a ONU possa sobreviver na forma atual. Muitos países menores do que a França se estão perguntando qual a forma de conviver com os EUA no exercício pleno do unilateralismo.

---

Marcelo de Paiva Abreu é Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio